

# A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA HABITAÇÃO SOB A ÓTICA DOS NOVOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAL

Mônica do Espírito Santo<sup>1</sup> | Cleonice de Jesus Santos Rezende<sup>2</sup> | Adricia dos Santos Alves<sup>3</sup>  
Camila Santos Oliveira<sup>4</sup> | Flávia Rafaela Carvalho de Andrade<sup>5</sup> | Patricia Santos Silva

Direito



## RESUMO

O presente artigo tem por objetivo mostrar a atuação do Assistente Social na área habitacional, decorrente da ampliação dos espaços sócio ocupacional do Serviço Social. O mesmo traz uma abordagem do desenvolvimento da profissão por meio do processo histórico desde o seu surgimento – vinculado a Igreja Católica – os momentos de ampliação e consolidação da profissão que reflete no amadurecimento da profissão, a saber: o Código de Ética do Assistente Social, o Terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, a Lei de Regulamentação da Profissão e Currículo Mínimo aprovado em 1982, até os dias atuais. Além da abordagem do aumento das expressões da questão social necessitando da atuação do Assistente Social nos novos espaços sócio ocupacionais destes profissionais, principalmente na área habitacional. Focalizando o processo de trabalho desse profissional por meio das políticas e programas habitacionais que têm como objetivo principal amenizar a desigualdade social, demonstrado por meio da explanação do processo de trabalho do assistente social na habitação, o surgimento e desenvolvimento da atuação deste profissional na área habitacional, suas principais atribuições e objetivos nesse novo espaço sócio ocupacional.

## PALAVRAS-CHAVE

Serviço Social. Habitação. Espaços.

## ABSTRACT

This article aims to show the role of the social worker in housing resulting from the expansion of social spaces Occupational Social Work. The same approaches the development of the profession through the historical process from its inception - linked to the Catholic Church - the moments of expansion and consolidation of the profession that reflects the maturation of the profession, namely the Social Workers Code of Ethics, the third Brazilian Congress of Social Workers, the Professional Regulation and Minimum curriculum, in force since 1982. Besides approaching the growth of social issues, requiring the Social Worker practice in the new socio-occupational spaces, especially in the housing area, focusing on the process of this professional through housing policies and programs that has as main objective to ameliorate social inequality, demonstrated through the explanation of the working process of the social worker housing, the emergence and development of this professional activity in the housing area, their main tasks and objectives in this new occupational social space.

## KEYWORDS:

Social Service. Housing. Spaces.

## 1 INTRODUÇÃO

O Serviço Social enquanto profissão regulamentada pela Lei 8.662 de 1993 torna os profissionais desta área aptos para atuar em diversas instituições com a finalidade de mediar as problemáticas existentes e amenizar as expressões da questão social encontradas no ambiente profissional. Ambiente este que vem sendo denominado de espaço sócio ocupacional do Serviço Social, pois é uma atuação requerida pela sociedade a partir do surgimento de novas expressões da questão social, novos conflitos e problemas que são vistos como demandas para o Assistente Social.

A falta, as más condições de moradia, o inchaço das cidades, o crescimento desordenado dos bairros e o surgimento das favelas são expressões da questão social, relacionadas à habitação, portanto, caracteriza-se um dos novos espaços de atuação do Assistente Social.

Na área habitacional o Assistente Social tem responsabilidades específicas e crucial para dar um respaldo à desigualdade habitacional. Promover a cidadania dos usuários da política habitacional consiste em uma delas. Hoje a habitação de qualidade não é vista apenas como o acesso a moradia, e sim o acesso ao saneamento básico, mobilidade urbana, sustentabilidade e responsabilidade ambiental. Portanto, um projeto social que viabiliza a construção de um conjunto habitacional em um local sem condições de moradia e bem estar da comunidade, não é mais bem visto no ambiente profissional e o Assistente Social, precisa estar atento às modificações ocorridas na profissão, assim como nos espaços ocupacionais no qual está inserido.

Para a construção do referido trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas e na internet em artigos e cartilhas on-line, a fim de construir um embasamento teórico e metodológico tanto da área habitacional como do Serviço Social. As pesquisas contribuíram para analisar as transformações ocorridas no Serviço Social decorrente do processo histórico, as competências do Assistente Social na habitação, as leis e diretrizes da Política Habitacional e o surgimento dos novos espaços sócio ocupacional da categoria. Este artigo tem um caráter qualitativo por meio das reflexões dos conceitos existentes e baseado na dialética marxista.

Portanto, o presente artigo visa analisar o papel do Assistente social, nos programas, projetos e ações no campo da habitação. Além da análise histórica da profissão, destacando os fatores que contribuíram para o surgimento dos novos espaços sócio ocupacionais.

## 2 BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social surgiu vinculado a Igreja Católica "Fruto da união da cidade com a indústria. Seu nascimento teve como cenário as inquietações sociais que surgiram do capitalismo e, como qualquer bom filho, quis possuir a mãe (a cidade) e identificar com o pai (a indústria)" (ESTEVÃO, 1999). As ações realizadas eram uma forma de mascarar a realidade e prover alguns serviços para a sociedade com a finalidade de combater as inquietações e reclamações da população. O Estado via nessas ações uma forma de amenizar a situação de conflito entre a sociedade e o Estado, ações caridosas realizadas por mulheres, conhecidas como "damas de caridades" as quais pregavam preceitos da Igreja Católica ajudando sempre aos pobres, essas ações eram vistas como um favor e não um direito. Sobre a trajetória do Serviço Social no Brasil,

surgiu a partir dos anos 1930, quando se iniciou o processo de industrialização e urbanização no país. A emergência da profissão encontrava-se relacionada à articulação dos poderes dominantes (burguesia industrial, oligarquias cafeeiras, Igreja Católica e Estado varguista) à época, com o objetivo de controlar as insatisfações populares e frear qualquer possibilidade de avanço do comunismo no país. O ensino de Serviço Social foi reconhecido em 1953 e a profissão foi regulamentada em 1957 com a lei 3252. (FOSCARINI, 2009, p. 15).

Com o amadurecimento da profissão, afastando-se da ideia de assistencialismo, por meio de aspectos relevantes para a configuração do Serviço Social no final do século XX e início do século XXI, houve a ampliação da atuação profissional, atribuições e responsabilidades para os Assistentes Sociais. Assim,

[...] [o] final do século XX e início do século XXI foram significativos para o Serviço Social brasileiro. Podemos afirmar, correndo o risco de incorrer em omissões, que há cinco ocorrências relevantes a serem consideradas no tocante a essa afirmação, a saber:  
O Código de Ética Profissional nas suas alterações no último quartel do século XX (em 1975, 1986 e 1993), [...];

A abertura do Terceiro Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 1979, que, ainda sob a égide de uma ditadura militar, tem sua mesa de abertura do evento, composta por autoridades do governo, desfeita e substituída por representantes sindicais e trabalhadores [...];

A nova Lei de Regulamentação da Profissão, sancionada em 1993, [...]; Amadurece um novo processo de formação profissional inicialmente com um currículo Mínimo aprovado em 1982, que redireciona a lógica que fundamenta o Serviço Social e busca consolidar na profissão uma base teórica vinculada a teoria social crítica, por definição marxista e, em 1996, legitimadas pelas instituições de ensino, são aprovadas as diretrizes curriculares do Serviço Social [...].

Até Julho de 2006 havia no Brasil 227 cursos de Serviço Social, a maioria em funcionamento a partir da década de 90 [...]. (SANTOS, 2007, p. 124 e 125).

Afastando-se da ideia de assistencialismo, novas demandas têm requerido do Assistente Social cada vez mais um saber multissetorial, para responder as novas demandas advindas da contradição da relação “capital x trabalho” que se reflete em toda sociedade em seus diversos segmentos, como na habitação representada pelas péssimas condições de moradia. A profissão

manteve um viés conservador, de controle da classe trabalhadora, desde seu surgimento até a década de 1970. Com as lutas contra a ditadura e pelo acesso a melhores condições de vida da classe trabalhadora, no final dos anos 1970 e ao longo dos anos de 1980, o Serviço Social também experimentou novas influências: a partir de então, a profissão vem negando seu histórico de conservadorismo e afirma um projeto profissional comprometido com a democracia e com o acesso universal aos direitos sociais, civis e políticos. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, [n.p.]).

Hoje, mais do que nunca o Serviço Social abraça um caráter técnico e ético-político fundamental ao bom desenvolvimento de atividades, tanto governamentais quanto da sociedade civil, afastando-se da ideia de assistencialismo, tendo como princípios fundamentais as três dimensões da profissão, teórica-metodológica, ética-política e técnica-operativa.

Dimensões fundamentais para o desenvolvimento e profissionalização do Serviço Social que passa a ser reconhecida como uma profissão capaz de atuar em diversos âmbitos sociais, intervindo, amenizando e buscando soluções para as problemáticas diagnosticadas.

### **3 A CONTEMPORANEIDADE E A NECESSIDADE DE NOVOS ESPAÇOS SÓCIO OCUPACIONAIS DO ASSISTENTE SOCIAL**

Com o atual debate sobre os novos espaços sócio ocupacional e competências do Assistente Social, a habitação vem ganhando destaque. “É possível perceber a singularidade dos novos papéis que o Serviço Social exerce” (MOTA, 2010, [n.p.]).

Saúde e assistencial social eram os campos mais conhecidos de atuação do Assistente Social até meados da década de 1990. Com a estabilização da economia o advento de programas voltados ao desenvolvimento social, novas demandas foram requerendo os profissionais do Serviço Social. Educação, direitos humanos, assim como a habitação tornou-se áreas de atuação do Assistente Social. Além disso,

o Assistente Social tornou-se um solucionador dos problemas que se apresentam diante dele. Os problemas eram identificados pela própria instituição, pelos próprios objetivos do contexto em que atuava o Assistente Social, obrigando-se este à manipulação de certos recursos, e a partir deles, pensar os problemas apresentados. (FALEIROS, 1999, p. 17).

O Serviço Social começou a ser inserido na habitação em 1996, recebendo o cargo de técnico social, habilitados a trabalhar com profissionais da habitação. Entendendo que

a habitação se constitui no problema social para a força de trabalho no contexto da super exploração que tem caracterizado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, coma retirada do salário do valor respondente por uma habitação que abrigue o trabalhador e sua família, obrigando-o a lançar mão de estratégias variadas, e, sobretudo precárias para se reproduzir como força de trabalho, e o que representa, interesse para a reprodução e ampliação do capital. (SILVA, 1989, p. 34).

O trabalhador vende sua mão de obra e o salário não dá para custear todos os gastos de sua família, muito menos retirar o valor que é necessário para a habitação. Neste dilema surge o papel do Assistente Social que visa inserir estes trabalhadores nos programas de políticas habitacionais, assegurando a eles o acesso ao direito social estabelecido na Constituição Federal, o direito à moradia. Assim, conforme o

Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (ANGHER, 2011, p. 29).

Como os Assistentes Sociais são profissionais engajados nas lutas sociais e na ampliação e acesso aos direitos civis, políticos e sociais, a habitação, torna-se uma área necessitada da atuação deste profissional decorrente da grande demanda da sociedade em ter acesso à moradia digna com estabelecida na Constituição Federal.

## 4 O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA HABITAÇÃO

Desde o final do século XIX e início do século XX, a questão habitacional brasileira tornou-se uma forte expressão da questão social, a problemática da falta de habitação ocorre desde a época da abolição da escravatura e confirmou-se durante o período do processo de industrialização.

O *déficit* habitacional é resultado do modelo econômico do país que privilegia a concentração e a exclusão, contribuindo para a expansão da desigualdade social. Foi somente

a partir do fim da década de 1930, quando a industrialização e a urbanização do país ganham novo impulso com a Revolução de 30, é que começa a se esboçar uma política para a habitação. É nesse momento, também, que a ciência e a técnica ganham maior relevância que os conceitos de embelezamento e os problemas urbanos em geral são colocados na chave do social. (MOTTA, [s.d.], p. 2).

As políticas habitacionais foram desenvolvidas para suprimir as necessidades criadas pela questão social, com o crescimento desordenado das grandes cidades e a migração da população rural, na ilusão das ofertas de emprego, a população começou a se aglomerar nos bairros e periferias sem nenhum planejamento e em péssimas condições sanitárias. Na tentativa de amenizar essa situação de miséria e vulnerabilidade, foi implantada a secretaria de habitação com o objetivo de amenizar a exclusão habitacional no país. Em 1995,

é realizada uma reforma no setor da política habitacional, com a extinção do Ministério do Bem Estar Social e a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB) no âmbito do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), esfera que ficaria responsável pela formulação e implementação da Política Nacional de Habitação. (CARTILHA DO FGTS, 2008, [n.p.]).

A relação do serviço social na área habitacional é de amenizar a desigualdade social por meio do planejamento, execução e acompanhamento de programas e projetos habitacionais. “Trabalhamos, portanto, na distribuição dos direitos de cidadania, como facilitadores do exercício destes direitos que o Estado tem feito questão de complicar e de mostrar como favores” (ESTEVÃO, 2006).

É importante que os profissionais sejam capazes, num contexto de extremas adversidades, “de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil” (SILVA; SILVA, 2006).

O Serviço Social começou a ser inserido na habitação em 1996, recebendo o cargo de técnico social, habilitados a trabalhar com profissionais da habitação. “A inserção do Serviço Social passa a ser relevante a fim de desenvolver um trabalho de promoção social a partir do envolvimento dos próprios usuários no desenvolvimento do projeto” (CUNHA, 2010).

O Assistente Social na habitação atua, também, na autoestima dos usuários que passam a se observar como sujeitos de cidadania, que goza de direitos e de políticas habitacionais. Este é “um profissional preocupado com a ampliação dos direitos sociais universais, e contra as desigualdades; até mesmo para cobrar dele esta postura estabelecida em seu atual Código de Ética Profissional” (CREES, 2005, [n.p.]).

O Código de Ética do Assistente Social regulamentado em 1993 dá o horizonte da profissão. É uma proposta de engajamento profissional na garantia dos direitos sociais aos usuários, assim como garantias trabalhistas a estes profissionais que devem se comprometer com uma luta política da profissão, em uma busca de uma atuação profissional regida pelas normas estabelecidas no Código que propicie a melhoria da qualidade de vida dos usuários. No caso habitacional o Assistente Social garante, não somente a casa, mas, também, a estrutura necessária para a moradia e mobilidade do usuário e sua família. O Código de Ética

nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos. (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

Portanto, essa garantia de moradia não pode ser vista como um favor ou que não contemple as necessidades do usuário, pois a atuação do profissional do Serviço Social deve estar pautada na autonomia e ampliação dos direitos dos cidadãos. Se o direito a moradia for visto como uma ação de caridade, bondade ou qualquer sentimento próximo, a atuação não está seguindo o Código de Ética da Profissão, nem mesmo a instrumentalidade requerida em uma atuação profissional. Assim,

o Serviço Social como profissão interventiva e investigativa apropria-se de instrumentos que compõem a prática do cotidiano de trabalho do assistente social, que foram utilizados no processo de trabalho, sendo estes o instrumental utilizado: as entrevistas com os usuários utilizando formulários e entrevistas dirigidas individuais e/ou grupais para conhecer as demandas enfrentadas criando alternativas de enfrentamento, visita domiciliar, avaliações do agir profissional praticada pelos usuários do trabalho e pelos elaboradores dos projetos. (CUNHA, 2010, p. 141).

O seguinte explana a importância da participação do usuário para a criação de um projeto habitacional. Onde este é ponto chave que faz com que haja eficácia do produto de seu trabalho. No entanto, a execução dos projetos habitacionais é pertinente com a participação dos assistentes sociais. Além de que é por meio da participação da sociedade civil com a mobilização que se consegue a criação de políticas públicas que atendam a uma demanda habitacional.

Para que a população venha ter um respaldo desse acesso às políticas e programas habitacionais, os profissionais devem estar atualizados, atentos as novas normas, novos instrumentos, sem esquecer a dimensão ético-político da profissão. Igualmente,

a instrumentalidade para o Serviço Social não é somente um conjunto de técnicas, mas sim, o uso constantes de instrumentos que se faz necessário ao cotidiano de profissional, sendo assim, é por meio desses instrumentos que os assistentes sociais modificam, alteram e até mesmo transformam a realidade social. (GUERRA, 2000, p. 54).

Entende-se que o papel do assistente social na área habitacional é de suma importância, pois é por meio desse profissional que o usuário poderá mostrar a demanda e suas necessidades para com a política habitacional. Além de que o papel central do assistente social é de mediador dos interesses da população de baixa renda a qual carece de uma moradia, mostrando a estes que as políticas habitacionais podem atender as suas necessidades.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política Habitacional vêm dar uma resposta às expressões da questão social voltadas à habitação, para uma população com déficit habitacional gritante sem ao menos ter condições de pagar aluguéis que venham garantir uma moradia digna a este usuário e sua família. A questão habitacional no país tornou-se um problema de estrutura social decorrente da produção capitalista como uma consequência do contraste social que é gerado a partir da má distribuição de renda, que causa um maior índice de miséria, gerando graves consequências como baixos salários, desemprego, dificultando assim o seu autossustento e uma condição digna de moradia.

Com o surgimento das novas expressões da questão social se fez necessário novos espaços ocupacionais para suprir essas demandas, onde foram criados programas voltados para o desenvolvimento social, como os programas habitacionais de atuação do Assistente Social, onde esse profissional é de fundamental importância para promover o acesso aos direitos constitucionais e a cidadania, além da autonomia humana.

O Assistente Social na habitação como em qualquer área de atuação deve garantir o acesso aos direitos e amenizar as expressões da questão social, na busca da equidade e da cidadania plena. Contudo, para isto ele deve está atualizado profissionalmente para saber utilizar de forma correta seus instrumentos de trabalho, como as políticas e programas habitacionais, sem esquecer-se do compromisso ético político da profissão. Somente assim o Assistente Social mediará os conflitos existentes na sociedade, realizando suas atribuições privativas de fato.

## REFERÊNCIAS

ANGHER, Anne Joyce. **Vade mecum universitário de direito**. 9. ed. São Paulo: Rideel, 2011 (Coleção de Leis Rideel).

CARTILHA DO FGTS. 2008. Disponível em: <[http://cartilhadofgts.com.br/?category\\_name=habitacao\\_social](http://cartilhadofgts.com.br/?category_name=habitacao_social)>. Acesso em: 20 set. 2012.

CREES. Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região. Código de ética profissional dos assistentes sociais. In: **Coletânea de Leis**. Belo Horizonte: CRESS, 2005.

CUNHA, Liziane Giacomelli Henriques da; LERSCH, Cíntia Saldanha. OLIVEIRA, Simone Barros de. **A diversidade de atuação do serviço social: desvelando o processo de trabalho**. Porto Alegre: Faith, 2010.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. São Paulo, Brasiliense, 1999 (Coleção Primeiros Passos).

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégia em serviço social**. São Paulo: Cortez 1999.

FOSCARINI, Marissane Damasceno. Centro Universitário Feevale. **O serviço social na área empresarial no segmento industrial Gaúcho**. Novo Hamburgo, 2009. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Monografia/MonografiaMarissaneFoscarini.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e serviço social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 25. ed. São Paulo: Cortez, CELATS, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **A nova fábrica de consensos**. 5 ed. São Paulo:[s.n.], 2010.

MOTTA, Luana Dias. **A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade**. Disponível em: <[http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt\\_analitico/MOTTA\\_Luana\\_-\\_A\\_questao\\_da\\_habitacao\\_no\\_Brasil.pdf](http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/geral/anexos/txt_analitico/MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2012.

SANTOS, Vera Núbia. Terceiro setor no serviço social brasileiro: aproximações ao debate. **Revista Trimestral de Serviço Social**, Ano XXVIII – n. 91, set. de 2007.

SILVA, Márcia Nogueira da; SILVA, análise dos Santos. **Assessoria em serviço social e as políticas para o público infanto-juvenil**: uma experiência no ministério público do estado do rio de janeiro. 2006, Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.mpdft.gov.br/senss/.../Anexo\\_7.23\\_-\\_Marcia\\_e\\_Analia\\_1.pdf](http://www.mpdft.gov.br/senss/.../Anexo_7.23_-_Marcia_e_Analia_1.pdf)>. Acesso em: 8 nov. 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política habitacional brasileira**, versos e reverso. São Paulo: Cortez, 1989.

---

**Data do recebimento:** 30 de julho de 2013

**Data da avaliação:** 2 de janeiro de 2014

**Data de aceite:** 13 de janeiro de 2014

---

1. Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: monicadosantos@hotmail.com.br
2. Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: cleonicejsantos@hotmail.com
3. Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: adri1044@live.com
4. Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: mila.se@hotmail.com
5. Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: s2rafaelas2@hotmail.com
6. Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe - UFS (1995), especialista em Associativismo e Cooperativismo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (2001), mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (2004). Atualmente é doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora do curso de Serviço Social da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail:patriciaunit@gmail.com